



A BASE ONTOLÓGICA DA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA* E OS POSTULADOS DO *BEWEISGRUND*: UMA COMPARAÇÃO

Filício Mulinari¹

Resumo: Dada a importância que o predicado de existência tem não só para os escritos kantianos, mas para toda a ontologia moderna, o presente artigo tem como objetivo realizar uma comparação da noção de ser em dois períodos distintos da filosofia de Kant. De modo específico, pretende-se ver como a noção de ser presente na *Crítica da Razão Pura* (1781) já estava, em certa medida, formulada em um trabalho pré-crítico do filósofo redigido em 1763, a saber, na obra *O único argumento possível para uma demonstração da existência de Deus* [*Der einzig mögliche Beweisgrund zu einer Demonstration des Daseins Gottes*]. Como será visto, pretende-se mostrar que as noções principais sobre o conceito de existência já estavam presentes de modo bastante similar no período pré-crítico, como a formulação de que “a existência não é um predicado real” e, ainda, de que “a existência nada mais é que a posição absoluta de algo”. Será ainda salientada a importância dada à experiência para a formulação dos juízos existenciais, importância essa pontuada tanto na obra pré-crítica, quanto na *Crítica da Razão Pura*.

Palavras-Chave: Metafísica Moderna; Ontologia; Ser; Existência; posição absoluta

¹ Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e integrante do grupo de pesquisa “Pensamento e Linguagem” da mesma instituição. e-mail: filicio@gmail.com

INTRODUÇÃO

A respeito dos fundamentos da ontologia moderna, pode-se dizer que o filósofo Immanuel Kant (1724-1804) desempenha um papel fundamental e de grande notoriedade. Um dos motivos dessa notoriedade é dado por sua contribuição à epistemologia, principalmente pelas teorias e teses propostas em sua obra *Crítica da Razão Pura* (1781), na qual investiga a possibilidade e os limites do conhecimento humano. Contudo, as teorias que Kant propõe em sua crítica são, evidentemente, fundamentadas em uma ontologia própria, abalizadas em um conceito de *ser* estritamente moderno. Nesse sentido é que se sobrepõe a importância do estudo do conceito de ser em Kant, visto sua relevância para a constituição das teorias desenvolvidas em sua *magnum opus*.

Assim sendo, justificado pela importância que o predicado de ser/existência tem não só para os escritos kantianos, mas para toda a ontologia moderna, o presente artigo tem como objetivo realizar uma comparação da noção de ser presente em dois períodos distintos da filosofia kantiana. De modo específico, pretende-se ver como a noção de ser presente na *Crítica da Razão Pura* já estava, em certa medida, formulada em um trabalho pré-crítico de Kant redigido em 1763, a saber, na obra *O único argumento possível para uma demonstração da existência de Deus* [*Der einzig mögliche Beweisgrund zu einer Demonstration des Daseins Gottes*]².

Como será visto, pretende-se mostrar que as noções principais sobre o conceito de existência já estavam presentes de modo bastante similar no período pré-crítico, como a formulação de que “a existência não é um predicado real” e, ainda, de que “a existência nada mais é que a posição absoluta de algo”. Tendo isso em vista, parte-se então para a realização dessa comparação sobre um dos conceitos mais essenciais da ontologia moderna, o conceito de *ser*.

² A partir daqui tal obra será referida apenas como *Beweisgrund*.

A NOÇÃO DE EXISTÊNCIA NO PERÍODO PRÉ-CRÍTICO

É comum ver problemas clássicos da metafísica, como as provas da existência de Deus e os fundamentos da moral, como temática central nos escritos do período pré-crítico de Kant, *i.e.*, nos escritos anteriores ao ano de 1781 - ano de publicação da primeira de suas três ‘Críticas’. Porém, o filósofo reconhecia cada vez mais nitidamente nesse período as dificuldades para se encontrar uma solução para esses problemas, sobretudo devido ao aparato dado pela metafísica tradicional.

No tratado *Beweisgrund*, publicado em 1763, nota-se que, apesar do exame das provas especulativas da existência de Deus ainda não ser tão preciso e negativo como o feito na *Crítica da Razão Pura*, é nítido que ali Kant já formulava a tese que seria mais tarde de importância crucial para sua ontologia, a saber, que “a existência não é um predicado ou determinação de uma coisa” (KANT, 1992, p. 117)³.

Nesse sentido, um leitor atento pode observar que no *Beweisgrund* já estavam mais ou menos esboçadas as principais teses sobre a noção de existência postuladas na *Crítica da Razão Pura*⁴. Percebe-se ainda que, de acordo com Vaz (2006, p. 25), é no período pré-crítico que se vê com mais clareza as concepções de Kant sobre o conceito de existência, pois no período crítico estas teses são apresentadas *en passant*, como algo já pressuposto para o desenvolvimento das demais teses ali encontradas.

³ Onde Kant fala do “ser”, especialmente na relação com sua crítica das provas ontológicas da existência de Deus, ele usa o termo de modo idêntico ao conceito de “existência”. Sua tese principal é que ser não é um predicado real que possa ser adicionado ao conceito de algo, mas “meramente a posição de algo ou de certas determinações nelas mesmas” (KANT, 2001, A598/B626). Na distinção do uso lógico do “é” como cópula, o existencial “é” indica que o sujeito e seu predicado estão postos. Tal postulação diz respeito ao objeto em relação ao seu conceito (HOLZHEY; MUDROCH, 2005, p. 62).

⁴ “A maior parte das interpretações pós-kantianas desconhecera que, nesse ponto essencial [sobre a existência], a *Crítica* não tinha corrigido em nada o pré-criticismo: elas consideram a causalidade fenomenal como o único conceito válido de causalidade, e o existente determinável no fenômeno como o todo da existência” (LEBRUN, 1993, p. 152).

Assim sendo, a análise da postulação da noção de existência no *Beweisgrund* pode oferecer esclarecimentos importantes sobre a ontologia subentendida na *Crítica da Razão Pura*. Por esse motivo, parte-se agora para uma análise do modo como Kant formulou a noção de existência no *Beweisgrund* para que, após isso, se possa comparar o modo como o filósofo propõe suas teses sobre o conceito na *Crítica da Razão Pura*,

A EXISTÊNCIA NÃO É UM PREDICADO OU DETERMINAÇÃO

Kant atentou para o devido cuidado e empenho que se deve ter com a análise do conceito de existência logo na primeira seção do *Beweisgrund*. Nessa seção, pode-se ler:

Portanto, nessas reflexões eu não almejo analisar o simples e bem entendido conceito de existência, se não fosse o fato que o presente caso é aquele em que cada omissão poderia ocasionar confusão e levar a sérios erros. (KANT, 1992, p. 116, **tradução nossa**).

Na citação acima é clara a preocupação do filósofo para com a noção de existência e, nesse sentido, nota-se a importância da realização de um exame minucioso com relação a tal conceito, a fim de se evitar confusões que levem a erros filosóficos graves. Não obstante, logo na sequência, Kant salienta que não irá propor uma definição formal da noção de existência, mas uma definição que primeiramente garanta o que realmente pode ser dito sobre tal conceito:

Não é de se esperar que eu deva começar por oferecer uma definição formal de existência (...). Meu procedimento irá ser como aquele de alguém que está procurando por uma definição e que primeiramente garante para si mesmo de que pode ser dito com certeza, quer afirmativamente ou negativamente, sobre o objeto da definição (KANT, 1992, p. 116-117, **tradução nossa**).

Uma vez salientadas essas considerações iniciais, pode-se então partir para a análise do conceito de existência propriamente dito.

Percebe-se implícito logo no título do primeiro item da primeira

reflexão uma tese negativa a respeito do conceito de existência. No título, se lê que “a existência não é um predicado ou uma determinação de uma coisa”. Apesar de parecer estranha e sem sentido, a afirmação do título é, para Kant, indubitavelmente correta (vide Kant, 1992, p. 117). Para explicar tal afirmação, Kant ofereceu o seguinte exemplo:

Tome qualquer sujeito que desejar como, por exemplo, Júlio César. Retire da lista de todos os predicados que podem ser pensados como pertencentes a ele, sem excetuar mesmo aqueles de espaço e tempo. Você irá rapidamente ver que ele pode também existir com todas essas determinações, ou não existir com todas. (KANT, 1992, p. 117, **tradução nossa**).

Percebe-se, de acordo com a citação, que o sujeito do exemplo (Júlio César) pode existir ou não existir mesmo possuindo todas as suas determinações características. Desse modo, é possível notar que no exemplo já está inserida uma das afirmações basilares para o conceito de ser kantiano, tal como entendido na *Crítica da Razão Pura*, a saber, de que “a existência não é um predicado/determinação de alguma coisa”.

É notório no exemplo acima o fato de que, mesmo ao atribuir qualquer predicado que seja ao sujeito/conceito ‘Júlio César’, do mero fato de pensar esse predicado como pertencente a Júlio César não faz Júlio César existir. Noutros termos, o que se salienta aqui é que ao se adotar a “existência” como um predicado e assim, ao dizer que “Júlio César existe”, tem-se que o conceito de “Júlio César” permanece o mesmo se comparado ao que estava apenas representado anteriormente como “Júlio César”: “Júlio César” e “Júlio César existe” são conceitos idênticos no que diz respeito à determinação, *i.e.*, possuem as mesmas determinações.

Assim sendo, Kant mostra com seu exemplo que a existência não pode ser um predicado ou determinação de objeto nenhum, pois além do fato de que ao se conceber um objeto não se segue que o mesmo exista, salienta-se ainda que o objeto concebido e o objeto existente são idênticos em seus predicados: o predicado de existência não altera o objeto em absolutamente nada.

Salientadas as considerações sobre a tese negativa de Kant sobre a existência, *i.e.*, que a existência não é um predicado ou determinação de um objeto, parte-se agora para a segunda consideração kantiana sobre a noção de ser presente no período pré-crítico, a saber, que a “existência é a posição absoluta do objeto”, como se verá em seguida.

A EXISTÊNCIA COMO POSIÇÃO ABSOLUTA

No *Beweisgrund*, Kant aponta primeiramente para uma tese negativa sobre a noção de existência - a existência não é um predicado determinante. No entanto, logo em seguida o filósofo fez questão de pontuar uma segunda tese – essa mais positiva - que alega que “a existência é a posição absoluta de uma coisa”⁵.

Apesar de aparentar ser complexa, Kant advertiu logo no início do item sobre a simplicidade de tal tese, uma vez que o conceito de posição absoluta é idêntico ao conceito de ser dado em geral, como se observa na seguinte citação:

O conceito de posição ou configuração é perfeitamente simples: ele é idêntico ao conceito de ser em geral. Agora, algo pode ser pensado como posicionado apenas relativamente (*merely relatively*), ou, para expressar melhor a questão, ele pode ser pensado meramente como a relação (*respectus logicus*) de algo como uma característica de uma coisa. Nesse caso, ser, isto é, a posição da relação, não é outra coisa senão a cópula de uma sentença. Se aquilo que é considerado não é meramente esta relação, mas a coisa posta em e por si mesma, então este ser é o mesmo que existência (KANT, 1992, p. 119, tradução nossa).

Nota-se que mesmo tendo Kant dito que o conceito de posição é perfeitamente simples [*perfectly simple*], ainda assim há a possibilidade de certa dificuldade na leitura da tese. Tendo isso em vista, uma explicação mais detalhada de tal passagem torna-se necessária para se evitar possíveis

⁵ O título completo do item é “Existence is the absolute positing of a thing. Existence is thereby also distinguished from any predicate; the latter is, as such, always posited only relative to some other thing.” (KANT, 1992, p. 119)

equivocos na compreensão da mesma.

Na passagem acima, Kant relata dois modos pelos quais o conceito de posição atua, a saber, a *posição relativa* e a *existência* (posição absoluta, como se verá adiante). A posição relativa - caracterizada pelo *respectus logicus* - remete à função gramatical do verbo ser enquanto verbo de ligação (cópula) de um juízo, *i.e.*, função gramatical que faz a ligação entre dois termos (sujeito e predicado)⁶. Tal posição é *relativa* por mostrar apenas a relação (positiva ou negativa) entre dois termos distintos em uma sentença como, por exemplo, na afirmativa “S é P”. Dessa forma, o ser é somente a cópula de um juízo e, por isso, expressa somente uma relação lógica, não existencial.

No entanto, a posição quando entendida de modo relativo se difere essencialmente da posição enquanto existência de uma coisa. Quando a posição de um objeto equivale à sua existência, tal posição não é derivada simplesmente por meio da relação entre conceitos. Dessa forma, o verbo ser põe o objeto de modo absoluto, ou seja, existente no sentido de poder ser objeto de experiência. Logo, pode-se falar de tal objeto sem fazer relação com outro conceito: o objeto simplesmente existe, está dado, está presente:

A posição absoluta [...] não tem a função de relacionar conceitos. Este parece ser o sentido mais básico da noção de *posição*. É absoluta, primeiramente, ao que parece, porque não serve para relacionar representações. Num juízo existencial, em que o verbo “ser” tem a função de pôr o sujeito de modo absoluto, uma representação (o conceito-sujeito do juízo) é posta, com todas as suas notas, de modo absoluto, ou seja, diz-se que ela é existente, que pode ser objeto de experiência, que dela se pode falar mesmo sem relacioná-la a outro conceito (VAZ, 2006, p.17).

Desse modo, percebe-se que a atribuição de existência a algo nada mais é do que o próprio algo posto na realidade. Nota-se aqui a

⁶ Entende-se o termo “cópula” como “verbo de ligação”, ou seja, um verbo que não indica ação, mas faz a ligação entre dois termos (sujeito e predicado) como, por exemplo, os verbos ser, estar e parecer.

importância da experiência para a atribuição do conceito de existência, uma vez que para o objeto estar de fato em um posicionamento *absoluto*, ele deve ser passível de ser experienciado.

A existência não é um atributo que pode ser acrescentado ao conceito, ela é a posição absoluta deste. Assim, se a existência é, segundo Kant, a posição absoluta de um objeto efetivo, tal objeto está posto, ele está no espaço, ele está na experiência sensível. Portanto, a experiência no contexto do *Beweisgrund* possibilita a validade do conceito de simples possível, e lembremos aqui que neste escrito Kant ainda não define espaço como forma da sensibilidade pura, mas o mesmo já está relacionado com a existência daquilo que nos aparece – representação dos objetos sensíveis (GIROTTI, 2009, p. 8).

Essas são, grosso modo, as duas características do conceito kantiano de *ser* presentes no período pré-crítico, a saber: 1) a existência não é um predicado ou determinação de algo e; 2) a existência é a posição absoluta de algo. Assim, uma vez advertidas as características essenciais postuladas por Kant no *Beweisgrund* referentes ao conceito de existência, pode-se questionar: como Kant entende a noção de ser na *Crítica da Razão Pura*? E pergunta-se aqui de modo especial: em que se diferencia (se é que há alguma diferença) a noção kantiana de existência presente no *Beweisgrund* da noção presente na *Crítica da Razão Pura*?

Com o objetivo de buscar a resposta a essas perguntas, parte-se agora para a comparação das formulações kantianas sobre a mesma noção presentes na *Crítica da Razão Pura*. Tal análise fará com que se possa ponderar em que medida Kant se deteve, na *Crítica da Razão Pura*, em suas formulações sobre a noção de ser formuladas no período pré-crítico, como se verá adiante.

A EXISTÊNCIA NA *CRÍTICA DA RAZÃO PURA*

No período crítico, Kant relatou seus apontamentos mais relevantes sobre a noção de existência na obra *Crítica da Razão Pura*. No entanto, como se observará adiante, tais apontamentos não são muito distantes das teses sobre a existência presentes no *Beweisgrund*, escritas no

período pré-crítico. Como foi dito anteriormente, os apontamentos sobre a noção de existência presentes na *Crítica da Razão Pura* são apresentados de modo breve, como se fossem pressupostas para o desenvolvimento das demais teses ali encontradas. Tendo isso em vista, busca-se agora uma análise pormenorizada das formulações kantianas sobre o conceito de existência na *Crítica da Razão Pura* para que, após isso, se possa realizar uma comparação e fundamentar em que medida as mesmas são tributárias das teses postuladas no *Beweisgrund*.

EXISTÊNCIA NÃO UM PREDICADO REAL OU DETERMINANTE

Na *Crítica da Razão Pura*, Kant dedicou maior atenção ao conceito de existência na *Dialética Transcendental*. Na *Dialética*, é possível notar uma passagem clássica de Kant a respeito da noção de *ser*, a saber, que “*ser não é um predicado real*”, como se observa:

Ser não é, evidentemente, um predicado real, isto é, um conceito de algo que possa acrescentar-se ao conceito de uma coisa; é apenas a posição de uma coisa ou de certas determinações em si mesmas (KANT, 2001, p. 516).

Como se nota, a tese de Kant afirma que a existência não é um predicado *real* ou *determinante*, *i.e.*, como salienta Van Cleve (Van Cleve, 1999, p. 188), “um predicado que adiciona algo ao conceito do sujeito e o amplia”. Nota-se que o cerne da tese está no termo “acrescentar-se”: existência, enquanto predicado, acrescenta algo as coisas? Concede realidade à coisa? Como no período pré-crítico (no *Beweisgrund*), Kant dirá que não.

Contudo, antes de se realizar um estudo comparativo fundamentado nas questões acima, deve-se antes se concentrar em um conceito kantiano que está diretamente relacionado com a noção de “predicado real”, a saber, a noção de “realidade” [*Realität*].

Sobre tal conceito, a primeira coisa a se advertir é que “realidade” não deve ser confundida - ou tomada com sentido correspondente – como

definição de algo existente: essa seria a “realidade objetiva” [*Wirklichkeit*], não a realidade [*Realität*] aqui mencionada⁷. Nesse sentido, afirma-se que a realidade de uma coisa seria sua possibilidade de determinação - e não a coisa mesma enquanto existente.

Desse modo, o predicado é *real* quando acrescenta algo ao conceito de coisa. Por exemplo, na sentença “o dragão é amarelo” se acrescenta algo ao conceito inicial de “dragão” e, dessa maneira, se concede “realidade” à coisa. Observa-se, também, que “conceder realidade” não significa “tornar presente”. Esta noção de realidade dá sentido à afirmação kantiana de que “[...] o real nada mais contém que o simplesmente possível. Cem táleres reais não contém mais do que cem táleres possíveis” (KANT, 2001, p. 516). Desse modo, tendo-se elucidado - mesmo que brevemente - o conceito de “realidade”, parte-se então agora para a análise do conceito de “predicado real”.

Ao dizer que *existência* não é um “predicado real”, Kant concluiu que o uso do verbo *ser* enquanto predicado não é válido, visto que o mesmo não determina (acrescenta) algo ao conteúdo do sujeito. Um predicado *real* deve ser um predicado *determinante*. Em consequência, tem-se que um predicado determinante é aquele que, além de acrescentar algo ao conceito de que é predicado, deve também ampliar o mesmo, o que não acontece com o predicado de existência⁸.

De acordo com Kant, ao se pensar uma coisa com todos os seus predicados (determinação completa) e, após isso, lhe acrescentar o predicado “existe”, observa-se que nada de fato é acrescentado à coisa, como se observa na citação:

Assim, pois, quando penso uma coisa, quaisquer que sejam e por mais numerosos que sejam os predicados pelos quais a penso (mesmo na determinação completa), em virtude

⁷ Conforme salienta Heidegger, ‘o conceito kantiano de realidade objetiva, que é idêntico à realidade [*Wirklichkeit*], deve ser distinguido do conceito de realidade [*Realität*] antes elucidado (HEIDEGGER, 1988, p. 37)

⁸ Vide: VAZ, 2006, p. 27.

de ainda acrescentar que esta coisa *é*, não lhe acrescento o mínimo que seja. Porquanto, se assim não fosse, não existiria o mesmo, existiria, pelo contrário, *mais* do que o que pensei no conceito e não poderia dizer que é propriamente o objeto do meu conceito que existe (KANT, 2001, p. 517).

Desse modo, percebe-se que o conceito de existência (é) não representa nenhuma propriedade do objeto pensado, pois, caso representasse, adicionaria algo que estava “ausente” no conceito que foi antes pensado (conceito original anterior à existência). No entanto, visto que *ser* não é um predicado real, ou seja, não determina o conceito, pergunta-se: qual é a função do *ser* quando é empregado como predicado? Que função tem o *ser* quando se pronuncia a sentença “A existe”?

Martin Heidegger, em uma análise sobre a noção kantiana de *ser*, adverte que o tipo de relação quando se usa o verbo *ser* enquanto predicado de algo está associado a uma correspondência entre o objeto do conceito e o conceito pensado. Sobre isso, ele comenta:

Na proposição “A é B”, B é um predicado real acrescentado [*hinzugebracht*] a A. Porém, na fala “A existe [*existiert*]”, A é posto absolutamente, e ainda junto de todas as suas determinações reais B, C, D, e assim por diante. Essa posição é acrescentada a A, mas não do mesmo modo que B foi acrescentado a A no exemplo anterior. O que é essa posição acrescentada? Claramente é ela mesma uma relação, contudo não uma real-relação, não uma relação entre coisas, não uma determinação real de A, mas a referência de toda a coisa (A) ao meu pensamento dela. Por meio dessa referência aquilo que é posto se relaciona com o meu estado-ego [*Ich-Zustand*]. Desde que A, que é a princípio algo meramente pensado, já se relacione comigo nessa referência ao pensado [*Denkenbezug*], seguramente essa referência meramente pensada, a mera representação de A, se torna diferente diante da adição da posição absoluta. Na posição absoluta o objeto do conceito, o ente real [*wirkliche Seiende*] corresponde a ele, é posto em relação, enquanto real [*als Wirkliches*], com o conceito que é meramente pensado (HEIDEGGER, 1988, p.45).

Desse modo, percebe-se que a existência não pode ser definida como um predicado real. Não há adição determinante quando se pronuncia

“A existe”, apenas há um ganho em relação à possibilidade da coisa em questão como objeto sensível.

A IMPORTÂNCIA DA EXPERIÊNCIA

Ao tratar da questão da noção de ser na *Crítica da Razão Pura*, principalmente quando salientada que tal noção não pode ser um predicado real de algo, a distinção entre juízos sintéticos e analíticos realizadas na obra podem vir à mente⁹. Assim, fundamentado na *Crítica da Razão Pura*, alguém pode questionar: é o juízo existencial (e.g., “João existe”) um juízo analítico ou sintético? A resposta a essa pergunta dará mais clareza à noção de existência proposta por Kant, principalmente por salientar a importância dada à experiência que, por esse motivo, será agora melhor detalhada.

Deve-se lembrar que, de acordo com a *Crítica da Razão Pura*, o conceito de existência não pode ser retirado de nenhum outro conceito, uma vez que não se pode extrair a existência do objeto de meras relações lógicas. Tal fato, por si só, já impossibilitaria que os juízos de existência fossem de tipo *analítico*. Ao questionar se o juízo “algo existe” é sintético ou analítico, Kant afirmou que se o juízo fosse analítico ele nada mais seria do que mera tautologia:

Pergunto-vos: a proposição *esta ou aquela coisa* (que vos concedo como possível, seja qual for) *existe*, será uma proposição analítica ou sintética? Se é analítica, a existência da coisa nada acrescenta ao vosso pensamento dessa coisa e então, ou o pensamento dessa coisa que está em vós deveria ser a própria coisa ou supusestes uma existência como pertencente à possibilidade e concluístes, supostamente,

⁹ Sobre a distinção entre juízos analíticos e sintéticos na *Crítica da Razão Pura*, tem-se a seguinte passagem: “Em todos os juízos, nos quais se pensa a relação entre um sujeito e um predicado, [...] esta relação é possível de dois modos. Ou o predicado B pertence ao sujeito A como algo que está contido (implicitamente) nesse conceito A, ou B está totalmente fora do conceito A, embora em ligação com ele. No primeiro caso chamo *analítico* ao juízo, no segundo, *sintético*. Portanto, os juízos (os afirmativos) são analíticos, quando a ligação do sujeito com o predicado é pensada por identidade; aqueles, porém, em que essa ligação é pensada sem identidade deverão chamar-se juízos sintéticos” (KANT, 2001, p. 68-69).

a existência a partir da possibilidade interna, o que é uma mísera tautologia (KANT, 2001, p. 515).

Outro ponto que confirma os juízos existenciais como juízos sintéticos é a ideia de que mesmo que a existência não amplie o conceito, algo é corroborado quando se atribui a existência a um objeto. Em outras palavras, quando se diz “A existe” entende-se que há um objeto na experiência correspondente ao objeto da sentença e isso faz do juízo existencial um juízo sintético. Novamente se deve salientar que não se pode dizer que “A existe” meramente ao se analisar os conceitos ali presentes: deve-se buscar algo que está fora do âmbito simplesmente conceitual.

Em suma, um enunciado existencial é sintético porque, mesmo não havendo neles nenhum acréscimo com relação à constituição interna, à intencionalidade, de um conceito, algo de significativo é ali informado. Um juízo existencial não versa sobre a constituição interna dos conceitos, mas sim sobre relação destes com a realidade. Dito de outro modo, ele fala sobre a relação do entendimento daquele que julga com a realidade propriamente dita, e não sobre a relação entre conceito-sujeito e o conceito-predicado de um juízo (VAZ, 2006, p.30).

Na passagem acima é salientada mais uma vez a relação do juízo de existência com a realidade, que faz o juízo ser sintético. O filósofo fez também questão de frisar que o juízo existencial mantém relação com a realidade, e não simplesmente com meros conceitos (conceito-sujeito e/ou conceito-predicado).

No *simples conceito* de uma coisa não se pode encontrar nenhum caráter da sua existência. Embora esse conceito seja de tal modo completo, que nada lhe falte para pensar a coisa com todas as suas determinações internas, a existência nada tem a ver com tudo isso; trata-se apenas de saber se a coisa nos é dada, de tal modo que a sua percepção possa sempre preceder o conceito (KANT, 2001, p. 268).

Segue-se disso que as atribuições da existência sempre devem ser fundamentadas em dados da percepção. Sobre a importância da percepção para os juízos de existência, a seguinte passagem da *Crítica da Razão Pura*,

presente na *Analítica Transcendental*, clarifica um pouco a questão:

O postulado relativo ao conhecimento da *realidade* das coisas exige uma *percepção* e, portanto, uma sensação, acompanhada de consciência; não exige, é certo, consciência imediata do próprio objeto, cuja existência deverá ser conhecida, mas sim o acordo desse objeto com qualquer percepção real, segundo as analogias da experiência, que representam toda a ligação real numa experiência em geral (KANT, 2001, p. 268).

O que fica explícito nessa passagem é a importância da experiência para a realização de um juízo de existência e de possibilidade transcendental. Nota-se que todas as afirmações de existência, sejam elas mediatas ou imediatas, têm por fundamento dados obtidos pela sensibilidade.

O BEWEISGRUND E A CRÍTICA DA RAZÃO PURA: UMA COMPARAÇÃO

Uma vez expostas as principais características da noção de existência presentes tanto no *Beweisgrund* quanto também na *Crítica da Razão Pura*, parte-se agora, então, para a comparação dessa noção nas referidas obras, a fim de saber em que medida a última é tributária da primeira no que diz respeito à fundamentação do conceito de *ser*.

Primeiramente, salienta-se que a tese da *Crítica da Razão Pura* que afirma que “ser não é um predicado real” (KANT, 2001, p. 516) mantém uma relação muito próxima com a tese pré-crítica, presente no *Beweisgrund*, de que “a existência não é um predicado ou determinação de algo” (KANT, 1992, p. 117). De fato, no que diz respeito estritamente à noção de existência presente na *Crítica*, pode-se afirmar que a mesma é tributária do *Beweisgrund* no sentido de que é nessa obra pré-crítica que se encontra primeiramente uma definição kantiana mais clara sobre tal noção. Isso se torna claro não somente pela relação entre “existência e predicado”, conforme já pontuado acima, mas também por meio da relação entre “existência e realidade”.

Outro ponto comum nas obras sobre a noção de existência é a menção de exemplos similares. Se no período pré-crítico Kant faz uso

do exemplo de Julio César para dar alusão a sua tese sobre a existência e, conseguinte, afirma que Julio César “[...] pode também existir com todas essas determinações, ou não existir com todas.” (KANT, 1992, p. 117), na *Crítica* ele faz uso do exemplo dos “cem táleres” e é categórico ao afirmar que “[...] em virtude de acrescentar que a coisa *é*, não lhe acrescento o mínimo que seja” (KANT, 2001, p. 517). Logo, nota-se uma nítida semelhança entre ambas as teses, o que salienta ainda mais a ideia defendida por esse artigo, a de que as teses sobre o conceito de ser defendidas na *Crítica da Razão Pura* já estavam fundamentadas, em certa medida, no *Beweisgrund*.

Não obstante as semelhanças citadas acima, há ainda outro ponto comum do qual se fez menção aqui e que revela ainda mais as proximidades entre as duas referidas obras kantianas, a saber, a relevância dada à experiência para o juízo existencial.

De fato, a relevância da experiência é mencionada pontualmente, tanto no *Beweisgrund*, quanto na *Crítica da Razão Pura* e mantém uma relação direta com a atribuição do conceito de existência. Conforme salientam Vaz (2006, p. 17) e Girotti (2009, p. 8), Kant é preciso no período pré-crítico ao relacionar a noção de existência com a experiência, conforme se observa nessa passagem, sobretudo na relevância dada ao conceito empírico:

Não obstante, a expressão ‘existência’ é usada como um predicado. [...] Por exemplo: existência pertence ao unicórnio-do-mar (ou narwal), mas não ao unicórnio. Isto significa: a representação de um unicórnio-do-mar (ou narwal) é um conceito *empírico*; em outras palavras, é a representação de uma coisa existente. (KANT, 1992, p. 118, grifo-nosso, tradução nossa).

Por sua vez, na *Crítica da Razão Pura* o filósofo explicita a importância da experiência para a formulação do juízo existencial em muitos momentos, como na passagem na qual ele afirma que “o postulado relativo ao conhecimento da *realidade* das coisas exige uma *percepção* e, portanto, uma sensação, acompanhada de consciência” (KANT, 2001, p.

268).

Percebe-se, então, que a importância da experiência para os juízos existenciais não é dada de modo exclusivo na *Crítica da Razão Pura*, pois, como se viu, a mesma já aparece devidamente pontuada no *Beweisgrund*. Devido a tal fato, juntamente com os outros pontos salientados anteriormente - como a negação da existência enquanto predicado real de algo – defende-se aqui a ideia de que a noção kantiana de existência, noção esta que está no fundamento da ontologia proposta pelo filósofo, já estava definida de modo bastante claro em seu período pré-crítico, mais especificamente no *Beweisgrund* e, por essa razão, é tomada de certa forma como algo pressuposto na *Crítica da Razão Pura*, o que justifica a pouca atenção dada por Kant a tal noção no período crítico se comparado com o período pré-crítico.

Abstract: Given the importance of the existential predicate, not only for the Kantian's work, but to for all modern ontology, this paper aims realize a contrast of the notion of existence/being in the Kantian philosophy. In a specific way, aims see how the notion presents in the *Critique of Pure Reason* (1781) is present, in some way, in one pre-critical Kantian work, dated of 1763 and called *The only possible argument in support of a demonstration of the existence of God* [*Der einzig mögliche Beweisgrund zu einer Demonstration des Daseins Gottes*]. We will see that the basics notions about the concept of existence are present in a similar way in the pre-critical period, like the formulation that affirms “existence isn't a real predicate” and “existence isn't more than the absolute position of a thing”. We will also to explain the importance of the experience for the formulation of existential judgments, affirmed both in the pre-critical work, as in the *Critique of Pure Reason*.

Keywords: Modern Methaphisic; Ontology; Being; Existence; absolute position

Referências

ALTMANN, S. Juízo, Categoria e Existência. A resposta kantiana ao argumento ontológico à luz da Dedução Metafísica. Tese (doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

GIROTTI, M. T. Os limites do conhecimento humano na filosofia kantiana: Beweisgrund e Sonhos de um visionário. *Filogênese*. Revista eletrônica de pesquisa na Graduação em Filosofia da Unesp. São Paulo : Vol.2, nº2, 2009.

HEIDEGGER, M. As Teses de Kant sobre o Ser. In. HEIDEGGER, M.: *Conferências*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

HOLZHEY, H.; MUDROCH, V. *Historical Dictionary of Kant and Kantianism*. Lanham: Scarecrow Press, 2005.

KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. 5.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2001.

_____. The only possible argument in support of a demonstration of the existence of God. In: WALFORD, David; MEERBOTE, Ralf (Editores) *Immanuel Kant – Theoretical Philosophy, 1755-1770*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

LEBRUN, G. Kant e o fim da metafísica. Trad.: Carlos Alberto Moura. São Paulo : Martins Fontes, 1993.

STEIN, E. Nota do Tradutor. In: Heidegger, Martin. As Teses de Kant sobre o Ser. In. Heidegger, M.: *Conferências*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VAN CLEVE, J. *Problems from Kant*. Oxford : Oxford University Press, 1999.

VAZ, B. R. L. A recepção de Frege da noção kantiana de existência. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.